

Acritica
14/8/99 C6
221

João Pinduca Rodrigues - 14/ago/98

ENSINO BILÍNGÜE

Indígenas discutem educação do século 21

PROFESSORES DE MAIS DE 30 ETNIAS ESTÃO DEBATENDO NO CENTRO MARIÁPOLIS AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES. ELES QUEREM QUE ALUNOS APRENDAM, ALÉM DO PORTUGUÊS, A LÍNGUA FALADA NA TRIBO

Com o tema "A educação indígena nas trilhas do futuro: o Brasil que a gente quer são outros 500", 158 professores indígenas de mais de 30 etnias se reuniram para discutir as políticas educacionais para o próximo milênio. O encontro, coordenado Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (Copiar), começou anteontem no Centro Mariápolis, no quilômetro 22, da estrada AM-010 (Manaus-Itacoatiara) e termina hoje.

Segundo um dos coordenadores do evento, o secretário municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, Gersen Baniwa, os professores lutam para aproximar as políticas educacionais tradicionais das políticas indígenas. "Queremos que as normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sejam cumpridas na prática". Ele ressaltou que a LDB assegura o direito ao ensino bilín-

güe, do português e da língua de cada de tribo.

"Falta colocar isso em prática", ressaltou Gersen. Ele disse também que a Copiar quer o reconhecimento dos professores indígenas por parte dos governos estadual e municipal. O coordenador lembrou que há uma dificuldade em reconhecer os professores que não têm o curso de magistério e financiar o material didático com os ensinamentos das línguas indígenas.

"O Governo fornece apenas o material convencional em português", informou Gersen. Ele ressaltou que os índios querem um ensino adaptado à realidade de cada tribo, mantendo os hábitos, costumes e tradições de cada uma. Ele revelou que o Amazonas tem dois mil professores e 60 mil alunos indígenas. Gersen disse que uma das reivindicações da Copiar é a criação de cursos de magistério indígena.

De acordo como vice-presidente do Conselho Indígena do Amazonas, Jadir Neves, o material didático nos dialetos indígenas, no Amazonas, é produzido pelas próprias comunidades e apoiado por organizações não-governamentais (ONG's). Ele disse que as únicas escolas reconhecidas são as dos índios tikuna e sateré-maué.



SÓ EM PORTUGUÊS Alunos indígenas da região Amazônica ainda não estariam recebendo material didático na língua materna

AM tem resultados positivos

O Amazonas tem alguns exemplos de trabalhos educacionais desenvolvidos nas comunidades que estão apresentando resultados positivos. Em Maués (a 267 quilômetros de Manaus), existem 949 crianças matriculadas no ensino indígena e 52 professores, segundo o coordenador de trabalhos sateré-maué da Secretaria Municipal de Educação do Município, Bernardo Alves.

Ele informou que o ensino bilíngüe, de sateré-maué e português, é praticado nas aldeias desde 1986 e tomou força em 1997. Segundo Bernardo, o

material didático na língua indígena foi todo produzido pelos próprios professores com apoio de organizações não-governamentais (ONG's). "Temos duas cartilhas e livros em sateré-maué."

Bernardo ressaltou que o trabalho apresenta resultados positivos quando é voltado para a realidade de cada tribo. "Não abrimos mão também da educação tradicional, mas ensinamos os nossos costumes e tradições às crianças". Ele disse que a educação indígena está bastante avançada em Maués.

Em Benjamim Constant (a

1.116 quilômetros de Manaus), 12,5 mil crianças também aprendem a língua da tribo, o tikuna, e o português. O professor indígena Sílvio Bastos leciona na comunidade de Porto Cordeirinho, a 12 quilômetros da cidade. São 145 alunos e seis professores.

"A alfabetização das crianças é feita primeiramente em tikuna e depois em português. O projeto tem dado certo", disse Sílvio. Ele informou que existe um curso de preparação para professores indígenas sem o magistério na cidade, financiado por uma ONG. São 230 participantes.